



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185 de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº. 10.211, de 27 de abril de 2007

RESOLUÇÃO Nº. 24/2017 – CMAS, de 25 de maio de 2017

Súmula: Dispõe sobre a Inscrição dos SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS – INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA - ILPI.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe conferem as Leis Federais nº. 8.742/93 e Lei 12.435/11 e Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185, de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº 10.211, de 27 de abril de 2007, e considerando:

- os artigos 3º e 9º da Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Lei Federal nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;
- a Lei Federal nº. 12.868, de 15 de outubro de 2013, que altera a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009;
- que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;
- a Resolução CNAS nº. 016 de maio de 2010 que trata dos parâmetros nacionais para inscrição de entidade e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS, alterada pela Resolução CNAS nº. 33/2010.
- a Resolução CMAS nº. 108/2012, de 27 de novembro de 2012 que estabelece parâmetros para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.
- a deliberação da reunião ordinária deste conselho realizada no dia 24 de maio de 2017.

RESOLVE:



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº. 6.007/94 com as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº. 9.185 de 02 de outubro de 2003 e Lei Municipal nº. 10.211, de 27 de abril de 2007

Art. 1º Aprovar a renovação de inscrição para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional Para Adultos – Instituições De Longa Permanência – ILPI a seguir:

Nº 004/2012 - Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos – ILPI do ALBERGUE “RAUL FARIA CARNEIRO” - LAR DOS VOVOS E LAR DAS VOVOZINHAS “GILDA MARCONI” tendo como mantenedora a Sociedade Espírita de Promoção Social, inscrita no CNPJ sob Nº. 77.702.488/0001-23 situado à Rua Cabo Verde nº. 95 – Vila Nova, nesta municipalidade.

Nº 015/2012 - Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos – ILPI do Asilo São Vicente de Paulo, na Proteção Social Especial de Alta complexidade, tendo como mantenedora a entidade Obras Assistenciais São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 78.627.528/0001-82, situado à Av. Madre Leônia Milito nº. 499 – Bairro Bela Suíça, nesta municipalidade.

Nº 055/2012 - Serviço de Acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos – ILPI do LAR MARIA TEREZA, inscrita no CNPJ sob Nº. 80.760.879/0001-09 está situado à Rua Santa Clara nº. 165, Jd Espanha, nesta municipalidade.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na presente data, devendo ser publicada.

Londrina, 25 de maio de 2017

Valmirete Alves da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social